



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 135/2011
FUNÇÃO: ADVOGADO**



(NOME COMPLETO EM LETRA DE FORMA)

(Nº DE INSCRIÇÃO)

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno contém vinte questões objetivas e observe se ele apresenta algum tipo de defeito. Em caso de dúvida, comunique o fiscal.
2. O conteúdo desta prova está distribuído da seguinte maneira:

QUESTÕES	CONTEÚDOS	QUESTÕES	CONTEÚDOS
01 a 05	Direito Constitucional	11 a 15	Direito Civil
06 a 10	Direito Administrativo	16 a 20	Direito Processual Civil

3. As questões desta prova apresentam quatro alternativas, assinaladas com os números 01, 02, 04 e 08, nesta sequência. Cada questão terá como resposta a soma dos números correspondentes às alternativas que você apontar como corretas.

4. Instruções sobre o cartão de respostas.



- 4.1 CONFIRA os dados seguintes, que devem coincidir com os de sua inscrição: nome do candidato, função, número de inscrição.
- 4.2 ASSINE no local indicado.
- 4.3 PREENCHA os campos ópticos com cuidado, porque não haverá substituição do cartão em caso de erro ou rasura.
- 4.4 NÃO DOBRE E NÃO AMASSE o cartão.
- 4.5 Para cada questão, PREENCHA SEMPRE DOIS CAMPOS, um na coluna das dezenas e um na coluna das unidades. Como exemplo, se esta prova tivesse a questão 41 e se você encontrasse o número 09 como resposta para ela, o cartão de registro de respostas teria que ser assinalado da maneira indicada ao lado.

5. O prazo destinado para resolução desta prova é de TRÊS HORAS, a partir do momento em que for completado o processo de distribuição dos cadernos de questões, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
6. Quando você terminar a prova, solicite ao fiscal que apanhe o material de prova na sua carteira. Assine o protocolo de registro de presença e aguarde sua liberação pelo fiscal para sair do local de prova. Lembre-se de que você só pode deixar o local de prova após às 10h30min.
7. É obrigatória a permanência dos três últimos candidatos da sala para a assinatura da ata de encerramento de aplicação da prova.

**Observação: Você pode preencher a papeleta abaixo e levá-la.
ATENÇÃO! Só a destaque depois de ter entregue o cartão de respostas ao fiscal.**

..... destaque aqui



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 135/2011
FUNÇÃO: ADVOGADO



PAPELETA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS ASSINALADAS – USO OPCIONAL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
15	06	11	03	10	15	07	15	11	15
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
03	10	15	13	05	12	07	11	03	15

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – Das proposições abaixo, considere o que for correto.

- 01) A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como rígida, formal, escrita, dogmática e promulgada.
- 02) As medidas provisórias não podem tratar de temas que devam ser objeto de lei complementar de Direito Penal, de Direito Processual Penal e de Direito Processual Civil.
- 04) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que o legislador constituinte regulou suficiente os interesses relativos a determinadas matérias, mas deixou margem à atuação restritiva do legislador infraconstitucional.
- 08) Compete privativamente ao Presidente da República permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

02 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) Sobre a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.
- 02) Pela organização constitucional do Poder Judiciário, é admitido o deslocamento para o foro da justiça federal, por provocação do procurador geral da República, das causas que versarem sobre grave violação de direitos humanos assegurados em tratado internacional.
- 04) A Constituição Federal reserva diversas prerrogativas ao cidadão, como a de propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
- 08) Pela Constituição de 1988, a federação brasileira é constituída pela união indissolúvel da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.

03 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) Pelo sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de lei compete, no âmbito do controle jurisdicional difuso, a qualquer juiz ou tribunal.
- 02) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional, na fiscalização contábil e financeira da União, cujas decisões possuem natureza administrativa.
- 04) Segundo a Constituição Federal, o direito de obtenção de certidões em repartições públicas pode ser exercido pelo indivíduo somente por meio do pagamento de taxas.
- 08) Mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

04 – Com relação às normas constitucionais vigentes referentes ao processo legislativo, assinale o que for correto.

- 01) A Casa do Congresso Nacional na qual tenha sido concluída a votação enviará projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.
- 02) A Emenda à Constituição não pode ser aprovada quando vigente intervenção federal.
- 04) Se uma medida provisória não for apreciada pelo Congresso Nacional em até 60 dias, contados de sua publicação, poderá ser prorrogada por mais 90 dias.
- 08) O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de iniciativa parlamentar.

05 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal.
- 02) O processo de julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade compete ao Senado Federal.
- 04) Com relação ao estabelecido pelo art. 7º da Constituição Federal, é direito social o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- 08) São garantias dos direitos coletivos o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção coletivo e a ação popular.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) O Fato do Príncipe é toda determinação estatal, positiva ou negativa, geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato administrativo.
- 02) O contrato administrativo tem como característica a presença das chamadas cláusulas exorbitantes, podendo ser rescindido unilateralmente pela administração, em caso de interesse público, de alta relevância e de amplo conhecimento.
- 04) A concessão formaliza-se por instrumento contratual, sendo, portanto, um tipo de contrato administrativo, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- 08) O retorno no serviço público do funcionário em disponibilidade, quando haja cargo vago de natureza e vencimento compatível com o anteriormente ocupado, denomina-se aproveitamento.

07 – Com relação aos poderes administrativos, assinale o que for correto.

- 01) Podemos afirmar que do poder hierárquico decorrem algumas faculdades implícitas para o superior como a de dar ordens, de fiscalizar, de delegar, de avocar e de rever atos dos inferiores.
- 02) Poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os chefes do executivo de explicar a lei para sua correta execução, através de decreto, sendo indelegável a qualquer subordinado.
- 04) O poder discricionário confere ao administrador certa liberdade para a prática de atos administrativos, no que se refere à escolha de sua oportunidade e conveniência.
- 08) As medidas de polícia administrativa podem ser apenas implementadas mediante prévia autorização do judiciário, pois não são auto-executórias.

08 – Com relação às licitações, assinale o que for correto.

- 01) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto.
- 02) O procedimento licitatório não é sigiloso, sendo públicos e acessíveis os atos do seu procedimento, exceto quanto ao conteúdo das propostas até a sua respectiva abertura.
- 04) O ato final do processo licitatório, que atribui ao vencedor o objeto da licitação, denomina-se adjudicação.
- 08) A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação em que caberá dispensar a licitação, nos casos previstos em lei.

09 – Com relação à Administração Indireta, assinale o que for correto.

- 01) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas pelo Poder Público mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público, para a exploração de atividades de natureza econômica ou de execução de serviços públicos.
- 02) Com relação às sociedades de economia mista, quando utilizadas para explorar atividades econômicas, devem operar sob as mesmas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto às obrigações tributárias e trabalhistas.
- 04) A Autarquia é submetida a um regime de responsabilidade civil subjetiva, sendo pessoa jurídica de direito público.
- 08) Com relação às agências reguladoras, podemos afirmar estarem sujeitas ao princípio da especialidade, tendo sido criadas como autarquias de regime especial, com o propósito de assegurar sua maior autonomia administrativa em relação à administração direta.

10 – Com relação aos atos administrativos, assinale o que for correto.

- 01) São requisitos de validade do ato administrativo forma, competência, finalidade, motivo e objeto.
- 02) Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade.
- 04) Licença é ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta, àquele que atendeu aos requisitos legais, o desempenho de uma atividade.
- 08) Ato complexo é o que se forma pela conjugação de vontades de mais de um órgão administrativo.

DIREITO CIVIL

11 – Com relação à prescrição, assinale o que for correto.

- 01) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- 02) Entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, não corre a prescrição.
- 04) A prescrição poderá sofrer interrupção tantas vezes quantas forem necessárias.
- 08) As partes poderão, por meio de acordo, alterar os prazos prescricionais.

12 – Com relação ao direito das obrigações, assinale o que for correto.

- 01) Na cessão de crédito, salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- 02) O devedor de coisa indicada apenas pelo gênero e pela quantidade não pode alegar sua perda ou deterioração, ainda que por caso fortuito ou força maior.
- 04) Nas obrigações alternativas pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- 08) No caso de obrigação de restituir coisa certa, vindo esta a perecer, sem culpa do devedor, antes da tradição, a obrigação resolve-se automaticamente, sem qualquer direito ao credor de receber indenização ou de exigir a restituição da coisa.

13 – Com relação aos bens, assinale o que for correto.

- 01) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.
- 02) Pela classificação dos bens, singulares são os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- 04) Em nosso ordenamento jurídico, consideram-se consumíveis os bens móveis destinados à alienação.
- 08) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

14 – Com relação à responsabilidade civil, assinale o que for correto.

- 01) Existe a obrigação de reparar o dano, quando este advém de atividade de natureza perigosa que importe em risco para os direitos de outrem, normalmente desenvolvida pelo autor do dano, independentemente de culpa.
- 02) Os bens do responsável pela violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, mas a obrigação de reparar é intransmissível, por ser de natureza personalíssima.
- 04) Na hipótese de indenização que deva em princípio ser medida pela extensão do dano, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz poderá reduzir, equitativamente, o seu valor.
- 08) A responsabilidade civil é independente da criminal, mas decidido sobre a existência do fato ou da autoria do crime no juízo criminal já não mais será possível discutir tais matérias no procedimento civil.

15 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) O incapaz possui domicílio necessário.
- 02) Nos contratos de adesão, não são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- 04) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- 08) É defeso às partes estipular contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) Se uma pessoa estrangeira morre com último domicílio no seu país de origem, o imóvel a ela pertencente, situado no Brasil, será inventariado e partilhado no país de origem da pessoa morta.
- 02) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes.
- 04) Distribui-se por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.
- 08) O prazo recursal para réu revel regularmente citado, que não tenha patrono constituído nos autos, ocorrerá independentemente de intimação.

17 – Com relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale o que for correto.

- 01) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder seis meses.
- 02) Ocorre a extinção do processo com julgamento do mérito, quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- 04) Não é causa de suspensão no processo civil a existência de convenção de arbitragem.
- 08) Não havendo transação em audiência de instrução e julgamento e falecendo, posteriormente, a parte autora, o processo será suspenso até a habilitação dos interessados.

18 – Com relação aos recursos, assinale o que for correto.

- 01) Indeferido o recurso especial, interpor-se-á agravo contra a decisão denegatória à presidência do tribunal de origem, no prazo de 10 dias, a contar da publicação dessa decisão.
- 02) Cabem embargos infringentes contra acórdão não unânime que houver reformado, em grau de apelação, sentença de mérito ou houver julgado procedente a ação rescisória.
- 04) Com relação ao recurso de apelação, ele será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, quando interposto de sentença que rejeitar liminarmente embargos à execução ou confirmar antecipação de tutela.
- 08) Pode o juiz relevar a pena de deserção na hipótese de justo impedimento, quando fixará prazo para efetuar o preparo.

19 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) Pode ocorrer a execução provisória de sentença, quando fundada em sentença impugnada mediante recurso recebido só no efeito devolutivo e corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido.
- 02) Na execução para a entrega de coisa, o juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo.
- 04) A certidão de partilha não é título executivo judicial.
- 08) O credor somente poderá indicar bens à penhora, caso o executado não faça em 24 horas contadas da citação.

20 – Das proposições abaixo, assinale o que for correto.

- 01) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.
- 02) Com relação ao ônus da prova, o revel, em processo cível, pode produzir prova, desde que compareça em tempo oportuno.
- 04) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial entre outras causas as de interesse da Fazenda Pública.
- 08) A nulidade dos atos deve ser arguida pela parte interessada em sua decretação, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, sob pena de preclusão.